

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório dos Auditor Independente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Instituto Jelson da Costa Antunes

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente

Aos:
Diretores e Administradores
Instituto Jelson da Costa Antunes
Rio de Janeiro-RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Instituto Jelson da Costa Antunes**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituto Jelson da Costa Antunes** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos pronunciamentos técnicos CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e conforme a interpretação ITG 2002 (R1)- Entidade sem Finalidade de Lucros.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o **Instituto** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o **Instituto** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Instituto** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria do **Instituto**.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.



Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" SP

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP – 030.002/O-7


RSM

Instituto Jelson da Costa Antunes

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.647	31.920
Créditos e adiantamentos	5	-	4.466
Total do Ativo Circulante		22.647	36.386
Não Circulante			
Imobilizado, líquido	6	389.163	408.905
Total do Ativo Não Circulante		389.163	408.905
Total do Ativo		411.810	445.291

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	12.375	16.445
Obrigações tributárias	8	20.862	19.092
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	62.620	43.832
Provisão de férias e encargos sociais	9	147.969	103.443
Total do Passivo Circulante		243.826	182.812
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social acumulado	10	167.984	262.479
Total do Patrimônio Líquido		167.984	262.479
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		411.810	445.291

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações do Déficit

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Notas	Exercícios Findos Em	
		31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição	11	3.834.578	2.867.500
(Receitas) e Despesas Operacionais sem Restrição			
Despesas de pessoal e de encargos sociais	12	1.957.052	1.358.234
Despesas de serviços prestados por terceiros	-	627.991	686.786
Despesas de treinamento	13	859.538	533.018
Despesas de depreciação e de amortização	-	56.914	69.465
Outras despesas operacionais, liquidas	14	423.273	336.828
Total (Receitas) e Despesas Operacionais sem Restrição		3.924.768	2.984.331
Resultado Financeiro			
(Despesas) financeiras	15	(5.726)	(4.506)
Receitas financeiras	15	1.421	1.472
Total do Resultado Financeiro	15	(4.305)	(3.034)
Déficit do Exercício		(94.495)	(119.865)

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações dos Déficits Abrangentes dos Exercícios

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Déficit do exercício	(94.495)	(119.865)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Déficits Abrangentes	(94.495)	(119.865)

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Patrimônio Social Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>382.344</u>	<u>382.344</u>
Déficit do exercício	<u>(119.865)</u>	<u>(119.865)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	262.479	262.479
Déficit do exercício	<u>(94.495)</u>	<u>(94.495)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>167.984</u>	<u>167.984</u>

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(94.495)	(119.865)
Ajustes para Conciliar o Resultado das Atividades Operacionais ao Caixa e Equivalentes de Caixa		
Despesas de depreciação e de amortização	56.914	69.465
Provisão de férias e encargos sociais	44.526	10.988
Resultado Ajustado	6.945	(39.412)
(Aumento) Diminuição dos Ativos Operacionais		
Créditos e adiantamentos	4.466	(2.750)
Total do (Aumento) Diminuição dos Ativos Operacionais	4.466	(2.750)
Aumento (Diminuição) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(4.070)	6.154
Obrigações tributárias	1.770	5.358
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18.788	11.916
Total do Aumento (Diminuição) dos Passivos Operacionais	16.488	23.428
Total do Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	27.899	(18.734)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(Adições) do imobilizado	(37.172)	(16.114)
Total do Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(37.172)	(16.114)
Total da Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.273)	(34.848)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	31.920	66.768
No final do exercício	22.647	31.920
Total da Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.273)	(34.848)

As Notas Explicativas da Diretoria São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Instituto Jelson da Costa Antunes ("Instituto"), pessoa jurídica de direito privado, registrado no Registro Público de Pessoa Jurídica em 04 de novembro de 2004, sob o nº 29.133, livro A-373, na cidade de Niterói-RJ, com fins não econômicos e financeiros, tem como objetivo social, contribuir para o desenvolvimento social, educativo e cultural de pessoas das diferentes comunidades onde atua, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como portadores de necessidades especiais.

O Instituto já foi reconhecido no Município de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, como Utilidade Pública. Em 11 de dezembro de 2010, através do processo nº 08071.025763/2009-88 à Diretoria foi concedida a mesma condição na esfera Federal junto ao Departamento de Justiça, em Brasília.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei 6.404/1976 e em observância às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas práticas abrangem, também, os pronunciamentos técnicos CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo CFC e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2025.

Base de Mensuração Contábil

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Reais (R\$) com centavos omitidos, que é sua moeda funcional.

2.3. Utilização de Estimativas Contábeis e de Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Diretoria do Instituto se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras, quando aplicáveis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Registros Contábeis

Os registros contábeis, são reconhecidos pelo regime de competência.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Ativos Financeiros

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor justo por meio do resultado, que incluem os títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados a qualquer momento e a critério da Diretoria do Instituto, sendo contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante, no qual os ganhos ou as perdas não realizadas sobre esses papéis são reconhecidos na demonstração de resultado.

(ii) Passivos Financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os terrenos não são depreciados.

e) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos Financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para perda do valor recuperável.

(ii) Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros do Instituto estão representados, basicamente, pelo ativo imobilizado. Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Diretoria do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

f) Provisões a Apropriar

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo:

(i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

**Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

(ii) Passivos Referentes a Processos Judiciais

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(ii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. O Instituto não possui quaisquer ações administrativas ou judiciais lavradas.

g) Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Receitas e Despesas

Receitas e Despesas: são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

As receitas são obtidas, basicamente, através de donativos recebidos das mantenedoras.

As principais despesas do Instituto são classificadas nos seguintes grupos: Pessoal, despesas de treinamento e despesas administrativas, cujas composições estão apresentadas nas notas explicativas nº 12, 13 e 14.

i) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

j) Tributação

O Instituto não tem fins lucrativos e é isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre o superávit eventualmente apurado. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias do Instituto, destacam-se os seguintes: (i) Programa de Integração Social (PIS): Contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isento sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras segundo a legislação vigente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1.239	677
Aplicações financeiras- Invest Fácil Bradesco	21.408	31.243
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	22.647	31.920

As aplicações financeiras Invest Fácil Bradesco, são de curto prazo, de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos e Adiantamentos

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a terceiros	-	4.466
Total de Créditos e Adiantamentos	-	4.466

6. Imobilizado

Composição

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos	21.000	-	21.000	21.000
Edifícios	1.097.810	(794.083)	303.727	347.639
Computadores/periféricos	199.572	(188.344)	11.228	15.458
Instalações	134.266	(134.266)	-	-
Móveis e utensílios	254.436	(216.297)	38.139	14.665
Máquinas e equipamentos	36.458	(21.389)	15.069	10.143
Veículo	10.000	(10.000)	-	-
Outras	39.274	(39.274)	-	-
Total do Imobilizado	1.792.816	(1.403.653)	389.163	408.905

Instituto Jelson da Costa Antunes

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

7. Fornecedores

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de vigilância/energia elétrica	11.326	15.531
Outros Fornecedores	1.049	914
Total de Fornecedores	<u>12.375</u>	<u>16.445</u>

8. Obrigações Tributárias

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de Renda Retido Fonte (IRRF) devidos sobre folha de pagamento Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devidos sobre serviços tomados	19.095	13.004
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	962	3.822
Outros	140	134
	665	2.132
Total de Obrigações Tributárias	<u>20.862</u>	<u>19.092</u>

9. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e encargos sociais	147.969	103.443
Salários a pagar	38.964	24.646
Pensão a pagar	2.084	1.857
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	10.645	9.829
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	10.927	7.500
Total de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	<u>210.589</u>	<u>147.275</u>

10. Patrimônio Social Líquido

O patrimônio social líquido é constituído pela dotação inicial e é aumentado e diminuído pelos superávits e déficits, respectivamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram apropriados ao patrimônio social líquido do Instituto déficits nos valores de R\$94.495 e R\$119.865, respectivamente.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

11. Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição para Custeio do Instituto

Composição

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de Doações Auferidas para Custeio do Instituto		
Auto Viação 1001 Ltda.	168.700	635.300
Auto Viação Catarinense Ltda.	82.200	271.000
Viação Cometa S.A.	913.100	331.300
Expresso do Sul S.A.	1.054.373	865.500
Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.	642.064	159.650
Rápido Macaense Ltda.	692.563	372.250
Metar Logística Ltda.	16.000	13.750
Rápido Ribeirão Preto Ltda.	121.000	131.250
Guanabara Diesel S.A.	60.398	-
Club Giro Ltda.	14.180	-
Instituto PHI-Philantropia Inteligente	-	500
Total de Receitas de Doações Auferidas para Custeio do Instituto	3.764.578	2.780.500
Receitas de Sócio Aprendizagem		
Instituto PHI-Philantropia Inteligente	-	17.000
Fundação Itaú para Educação e Cultura	70.000	70.000
Total de Receitas de Sócio Aprendizagem	70.000	87.000
Total de Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição para Custeio do Instituto	3.834.578	2.867.500

12. Custos e Despesas do Pessoal e dos Encargos Sociais sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Salário e ordenados	844.030	609.967
Assistência médica	628.597	430.711
Férias	125.375	75.642
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	82.698	58.777
13º salário	83.501	59.290
Vale transporte	78.025	43.073
Outras	114.826	80.774
Total de Custos e Despesas de Pessoal e de Encargos Sociais sem Restrição	1.957.052	1.358.234

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

13. Despesas do Treinamento sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Ensino (i)	24.478	7.839
Viagens (ii)	471.572	277.954
Lanches escolares (iii)	218.198	150.349
Materiais escolares (iv)	1.259	2.377
Uniformes (v)	56.048	37.611
Auxílio educação (vi)	70.326	49.124
Outras	17.657	7.764
Total de (Despesas) de Treinamento sem Restrição	859.538	533.018

- (i) Despesas de ensino, as quais compreendem todas as despesas de honorários de docentes, palestrantes, técnicos, pesquisadores, bolsas de estudos, consultores, dispêndios de materiais didáticos e técnicos e as demais despesas educacionais;
- (ii) Despesas de viagens, as quais abrangem, passagens e estadias com alunos, palestrantes e funcionários;
- (iii) Despesas de lanches com estudantes, palestrantes e funcionários;
- (iv) Despesas de material escolar com estudantes menores assistidos;
- (v) Despesas de uniformes com estudantes; e
- (vi) Despesas de auxílio-educação do ensino fundamental para menores assistidos.

14. Outras Despesas (Receitas) Operacionais sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Operacionais sem Restrição		
Limpeza, água, luz, telefone, materiais de escritório	255.741	169.253
Serviço de vigilância	84.029	86.205
Despesas de viagens	9.897	13.054
Despesas tributárias	12.334	10.348
Outras despesas	61.272	57.968
Total de Despesas Operacionais sem Restrição	423.273	336.828

Instituto Jelson da Costa Antunes

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

15. Resultado Financeiro, Líquido

Composição

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.421	1.299
Outras receitas	-	173
Total de Receitas Financeiras	1.421	1.472
Total de Despesas Financeiras- Despesas Bancárias	(5.726)	(4.506)
Total do Resultado Financeiro	(4.305)	(3.034)

16. Remuneração de Empregados e Dirigentes

O Instituto não concede empréstimos aos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal; não possui qualquer tipo de remuneração e não oferece outros benefícios de longo prazo aos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal; não estende aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal quaisquer tipos de benefício oferecidos aos seus colaboradores; e por fim não remunera ou concede benefícios aos seus dirigentes (diretores) estatutários, os quais são eleitos nos termos do seu estatuto.

17. Quocientes Patrimoniais

	31/12/2024	31/12/2023
Índice de Liquidez Imediata	0,09	0,17
Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras)	22.647	31.920
Passivo circulante	243.826	182.812
Índice de Liquidez Corrente	0,09	0,20
Ativo circulante	22.647	36.386
Passivo circulante	243.826	182.812
Índice de Liquidez Geral	1,69	2,44
Ativo circulante e não circulante	411.810	445.291
Passivo circulante e não circulante	243.826	182.812
Índice de Imobilização Corrente do Capital Próprio	2,32	1,56
Imobilizado Líquido	389.163	408.905
Patrimônio Líquido	167.984	262.479
Índice de Imobilização do Capital de Giro	0,95	0,92
Imobilizado Líquido	389.163	408.905
Passivo circulante e não circulante e o Patrimônio Líquido	411.810	445.291

**Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

18. Renúncia Fiscal

a) Imunidade

Por se tratar de um Instituto privado sem fins lucrativos de caráter educacional nos termos do artigo 150, item VI, letra C da Constituição Federal, goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços. Sendo assim, na esfera federal a imunidade compreende o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), em conformidade ao artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e na esfera municipal, a imunidade compreende o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) da sua matriz situada na Cidade do Rio de Janeiro.

b) Isenção

O Instituto é isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) , e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme a Lei nº 9.532/97 e o Decreto nº 9.580/18.

c) Tributação e Previdência Social

O Instituto, por atender aos requisitos da legislação, sendo imune do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), goza do recolhimento diferenciado para o Programa de Integração Social (PIS), pelo qual o tributo incide à alíquota de 1% (um por cento) sobre sua folha de salários (art. 13, inc. VIII, da MP nº 2.158-35/01); observando os requisitos da legislação em vigor, em especial, aqueles previstos, no Decreto 9.580/18 e ano art. 12, § 2º, alíneas "a" até "e", e § 3º, da Lei nº 9.532/97.

A seguir apresentamos os valores das contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial, caso o Instituto não tivesse isenção:

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo	841.151	609.967
Alíquotas combinadas (Previdência a terceiros)	26,50%	26,50%
Valor que Teria Sido Devido	222.905	161.641

Tatiana Antunes de Andrade
Presidente

Paulo Roberto Perdigão de Araújo
Contador CRC RJ-066.894/O